14 de Janeiro de 2008

Anuários Estatísticos Regionais
2006

ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA À ESCALA REGIONAL E MUNICIPAL

Através dos Anuários Estatísticos Regionais, o INE disponibiliza informação estatística de base e indicadores de suporte à caracterização das principais dinâmicas territoriais.

Os Anuários Estatísticos Regionais constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, servindo de suporte à leitura das trajectórias de desenvolvimento regional e ao estudo de problemáticas de base territorial. A cada região NUTS II corresponde um volume autónomo: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DREM - Direcção Regional de Estatística da Madeira).

A edição deste ano segue a estrutura temática adoptada nas edições anteriores, consistindo em 26 subcapítulos agrupados em quatro grandes domínios: O Território, As Pessoas, A Actividade Económica e O Estado. No início de cada subcapítulo, apresenta-se um quadro com um conjunto de indicadores de síntese, visando uma comparação mais imediata do posicionamento das diferentes unidades territoriais nos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em formato bilingue (português e inglês).

III.9.1 - Indicadores de transportes por município, 2006

III.9.1 - Transport indicators by municipality, 2006

	Veículos automóveis vendidos por 1000 habitantes	Índice de gravidade dos acidentes	Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas
	N.º		%
Portugal	**24,62**	**x**	**x**
Continente	**24,20**	**2,38**	**6,52**
Norte	**16,26**	**2,25**	**6,63**
Minho-Lima	**17,23**	**2,52**	**8,56**
Arcos de Valdevez	10,83	0,00	0,00
Caminha	22,03	1,69	11,86
(...)			

	Vehicle sales per 1000 inhabitants	Accident severity index	Proportion of highways accidents with victims
	No.		%

© INE, Portugal, 2007, Anuários Estatísticos Regionais 2006/Regional Statistical Yearbooks 2006. Informação disponível até 30 de Setembro de 2007. Information available till 30th September, 2007.
Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel; INE e Direcção Geral de Viação.
Source: Vehicle Registration Offices; INE and Directorate General for Traffic.

www.ine.pt | Informações adicionais: Unidade de Comunicação e Imagem [Tel: 21.842.61.00 _ Fax: 21.842.63.73 _ uci@ine.pt]

Paralelamente, divulga-se um CD-ROM com a informação estatística dos sete Anuários Estatísticos Regionais onde se assegura a continuidade da informação anual dos dados estatísticos. Em seguida, apresentam-se as principais linhas de análise da informação agora divulgada.

TERRITÓRIO

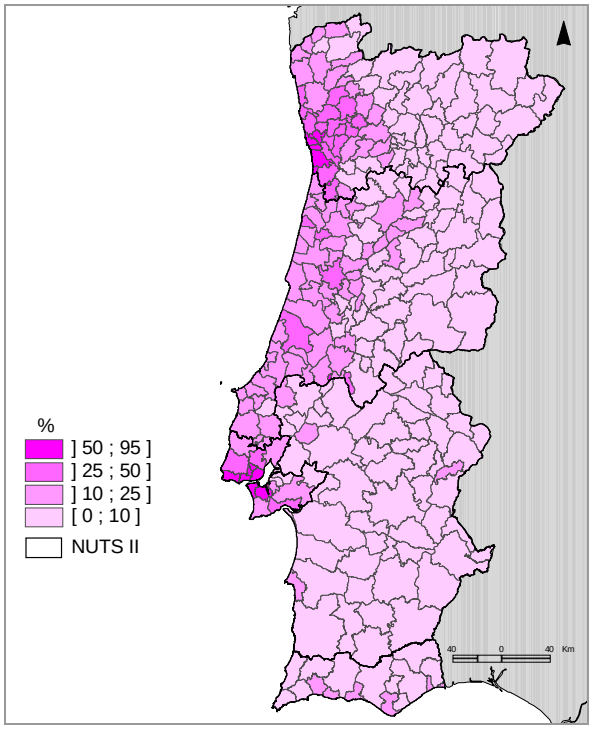
Em 2006, os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) classificavam 6,9% da superfície do Continente português para uso urbano, industrial, turístico ou para localização de equipamentos e parques urbanos. Esta afectação do solo (efectiva ou potencial) repartia-se da seguinte forma: 5,4% para uso urbano, 0,8% para uso industrial, 0,4% para equipamentos e parques urbanos e 0,2% para uso turístico.

No conjunto, estas classes de uso do solo eram mais relevantes nos municípios do Litoral Norte e Centro do Continente, atingindo mais expressão nos municípios dos territórios metropolitanos do Porto (como o Porto, São João da Madeira e Matosinhos) e de Lisboa (como Amadora, Barreiro, Lisboa, Oeiras, Odivelas e Almada). Este padrão territorial correspondia também, de uma forma geral, à categoria "uso urbano", dada a importância relativa desta classe no conjunto das quatro identificadas.

A extensão de uso industrial do solo face à área total era mais saliente na área metropolitana do Porto (sobretudo, em São João da Madeira, Matosinhos e Maia) e nos municípios do Barreiro e do Seixal (ambos na Península de Setúbal) e de Sines.

O uso do solo afecto a equipamentos e parques urbanos exibia uma expressão relativa particularmente significativa, no contexto do Continente, nos municípios dos territórios metropolitanos de Lisboa (Almada, Lisboa, Barreiro, Odivelas, Oeiras e Almada) e do Porto (Porto, Maia e Matosinhos). Além destes municípios, apenas no Entroncamento e em Constância, esta utilização do solo representava mais de um décimo da superfície do município. Porém, também, no Algarve, esta classe assumia relevância, particularmente em Vila Real de Santo António, Portimão, Lagoa e Faro. Um quarto dos municípios do Continente não tinha, nos PMOT, nenhuma superfície afecta à ocupação por equipamentos e parques urbanos.

Proporção da área afecta a uso urbano, a uso industrial, a equipamentos e parques urbanos e a turismo, por município do Continente, 2006



O uso do solo afecto ao turismo assumia uma importância relativa maior em Almada (na Península de Setúbal), em Lagoa e Albufeira (no Algarve), em Benavente (na Lezíria do Tejo) e na Murtosa (no Baixo Vouga). Apenas nestes cinco municípios, a

proporção de solo afecto ao turismo ultrapassava 5% da superfície municipal.

POPULAÇÃO

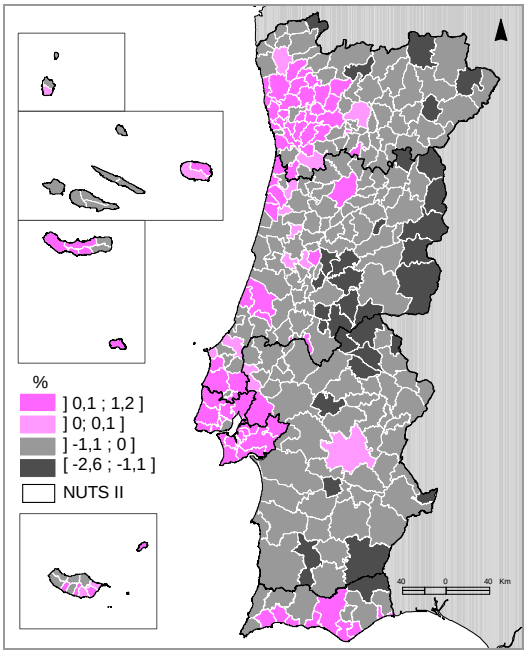
No final do ano de 2006, a população residente em Portugal foi estimada em 10 599 095 indivíduos. Apenas em quatro municípios, a população residente ultrapassava os 200 mil habitantes: por ordem decrescente, Lisboa, Sintra, Vila Nova de Gaia e Porto. Por outro lado, nos municípios do Corvo, Lajes das Flores e Barrancos, residiam menos de dois mil indivíduos.

A Amadora era, em 2006, o município mais densamente povoado (com mais de 7 mil habitantes por km^2); seguiam-se Lisboa, Odivelas e Porto. Em Alcoutim e Mértola habitavam, em média, menos de seis indivíduos por km^2. A média nacional era de 115,1 habitantes por km^2.

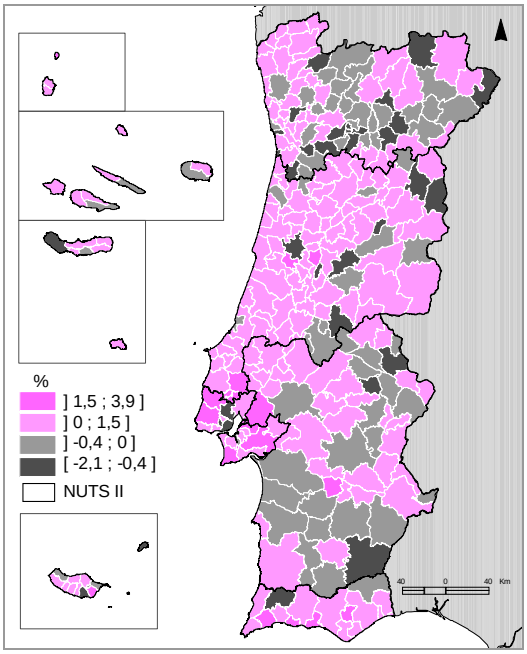
Em 2006, verificou-se um decréscimo populacional em mais de metade dos 308 municípios do país. Ainda assim, a população residente no país aumentou 0,28%. Ao nível municipal, este crescimento foi particularmente acentuado em Sesimbra e Alcochete (ambos municípios pertencentes à Grande Área Metropolitana de Lisboa), onde superou 4%. Em geral, o Alentejo e o Interior Norte e Centro do Continente foram mais afectados pelo decréscimo populacional.

Atendendo exclusivamente à componente natural, que reflecte a variação populacional resultante do saldo entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, quase 70% dos municípios portugueses registaram uma taxa de crescimento natural negativa. No Continente, os territórios metropolitanos do Porto e de Lisboa, bem como parte dos municípios do Algarve constituíram a principal excepção a este comportamento generalizado.

Taxa de crescimento natural da população, por município, 2006

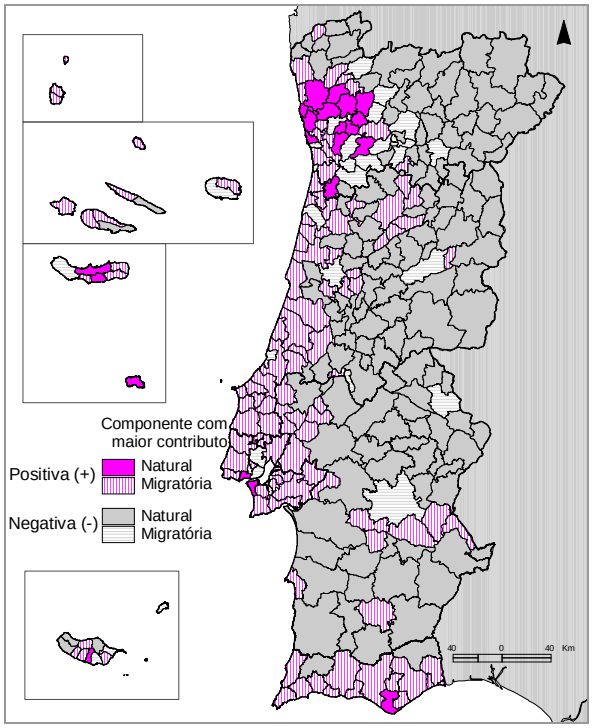


Taxa de crescimento migratório da população, por município, 2006



Pelo contrário, o acréscimo populacional resultante dos movimentos migratórios generalizou-se à maioria dos municípios. A taxa de crescimento migratório foi particularmente relevante em Sesimbra e Alcochete, contribuindo de forma relevante para as elevadas taxas de crescimento efectivo observadas nestes municípios. Os municípios com taxas de crescimento migratório negativas situavam-se sobretudo no Alentejo e no Interior Norte do Continente.

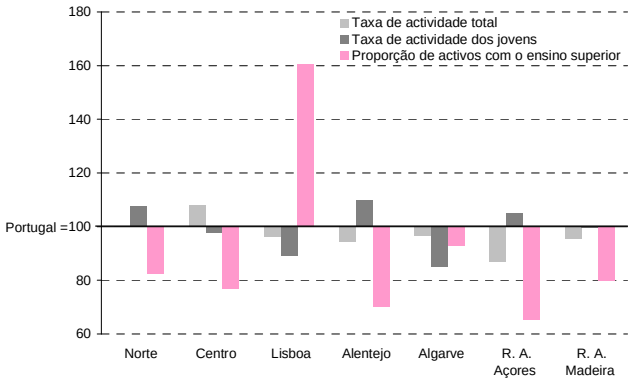
Decomposição da taxa de crescimento efectivo da população, por município, 2006



MERCADO DE TRABALHO

Em 2006, a população activa disponível em Portugal correspondia a 5,6 milhões de indivíduos, isto é, a 52,8% da população residente. Apenas nas regiões Norte (52,9%) e Centro (57,1%) era superada a taxa de actividade nacional. Pelo contrário, na Região Autónoma dos Açores, registava-se a taxa de actividade mais baixa do país (46%). Em particular no segmento dos indivíduos jovens (15 a 24 anos), o Alentejo (46,9%), o Norte (45,9%) e a Região Autónoma dos Açores (44,8%) apresentavam uma taxa de actividade superior à média nacional (42,7%). O Centro (41,7%), ao contrário do observado para a taxa de actividade total, apresentava, para os indivíduos dos 15 aos 24 anos de idade, uma taxa de actividade inferior à média nacional.

Indicadores do mercado de trabalho (PT=100), por NUTS II, 2006



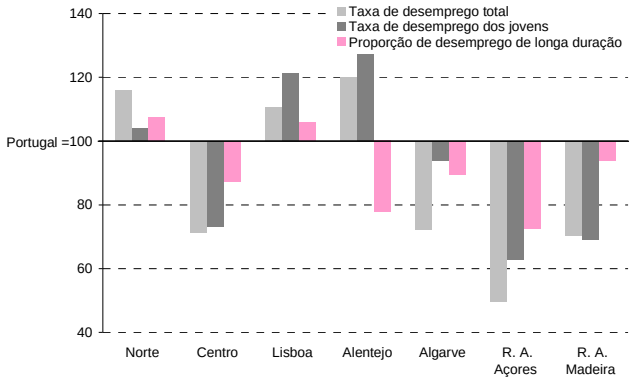
No conjunto do país, 14% da população activa tinha completado um nível de ensino superior. Esta proporção era superada apenas na região de Lisboa (22%), cabendo à Região Autónoma dos Açores o menor valor regional (9%).

No ano de 2006, 7,7% dos indivíduos activos encontravam-se desempregados. Face à média nacional, a taxa de desemprego foi mais elevada no Alentejo (9,2%), no Norte (8,9%) e em Lisboa (8,5%). Estas eram, igualmente, as regiões que apresentavam a taxa de desemprego entre os jovens mais expressiva.

Mais de metade dos desempregados do país estavam nessa situação há um ano ou mais (51,7%). A proporção do desemprego de longa duração era mais elevada no Norte (56%) e em Lisboa (55%).

Pelo contrário, na Região Autónoma dos Açores (38%) e no Alentejo (40%), aquele fenómeno registava menor expressão.

Indicadores de desemprego (PT=100), por NUTS II, 2006



CONTAS REGIONAIS

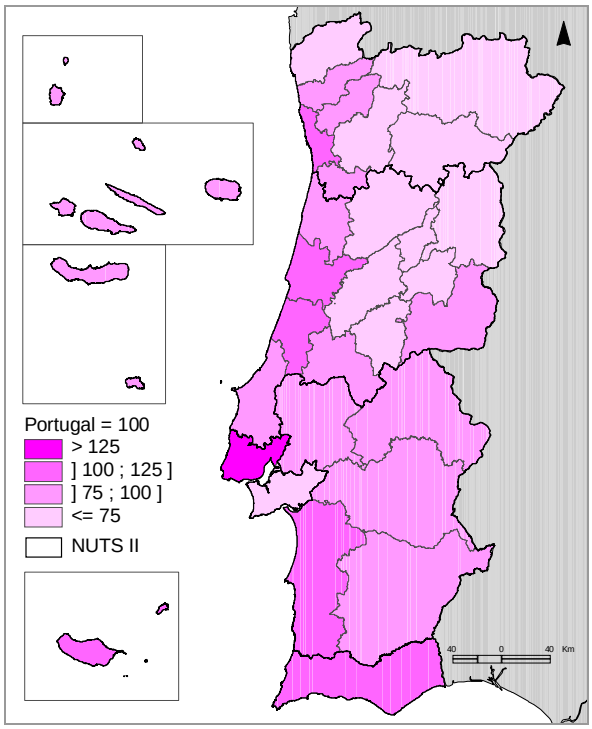
Em 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) português, avaliado a preços correntes, foi de 144 mil milhões de euros, traduzindo um acréscimo, em valor, de 4% face ao ano anterior. Constatou-se, assim, uma inversão da tendência de desaceleração, a preços correntes, do crescimento da actividade económica observada entre 2000 e 2003.

No ano de 2004, a região de Lisboa contribuiu com cerca de 37% para o produto nacional; seguiam-se-lhe o Norte e o Centro, com quotas de 28% e de 19%, respectivamente.

Naquele ano, o PIB *per capita* português foi de 13,7 milhares de euros. Apenas seis das 30 sub-regiões NUTS III portuguesas apresentavam um PIB *per capita* superior à média nacional, destacando-se a Grande Lisboa (+66,5%), a Região Autónoma da Madeira e o Alentejo Litoral (+24,4% cada).

As sub-regiões Tâmega (no Norte) e Pinhal Interior Norte (no Centro) revelavam o pior desempenho. Assim, o Interior Norte e Centro do Continente concentrava os valores menos significativos. O valor sub-regional máximo (observado na Grande Lisboa) correspondia ao triplo do valor sub-regional mínimo (registado no Tâmega).

PIB *per capita*, por NUTS III, 2004



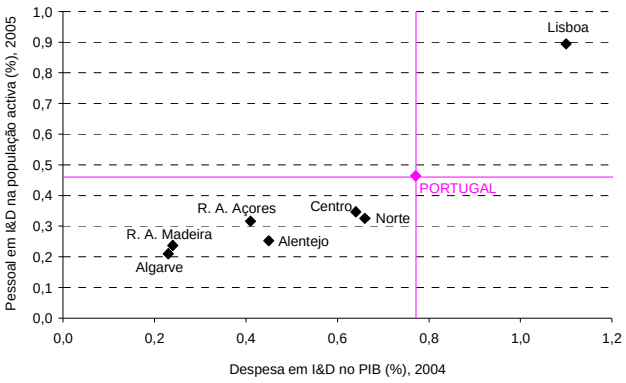
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em 2004, a despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) executada em Portugal correspondeu a 0,77% do PIB. A importância relativa da despesa em I&D no PIB apenas ultrapassou 1% na região de Lisboa; seguiram-se as regiões Norte e Centro, sugerindo uma menor intensidade deste fenómeno no Sul do Continente e nas regiões autónomas. Por seu turno, em 2005, a actividade de I&D absorveu 0,46% da população activa.

Face à média nacional, a região de Lisboa encontra-se numa posição de destaque relativamente a ambos os indicadores enquanto o Algarve e a Região Autónoma da Madeira apresentam os menores

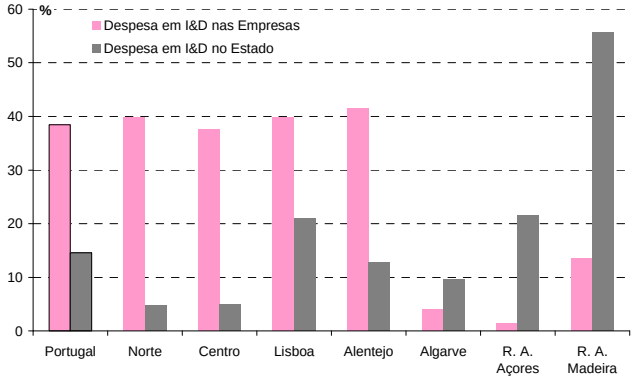
valores.

Indicadores de I&D, por NUTS II, 2004-2005



No conjunto do país, em 2005, as empresas e o Estado foram responsáveis por 39% e 15%, respectivamente, da despesa executada em I&D. A restante despesa foi executada por unidades de investigação do ensino superior e de instituições privadas sem fins lucrativos.

Proporção de despesa em I&D executada pelas empresas e pelo Estado, por NUTS II, 2005



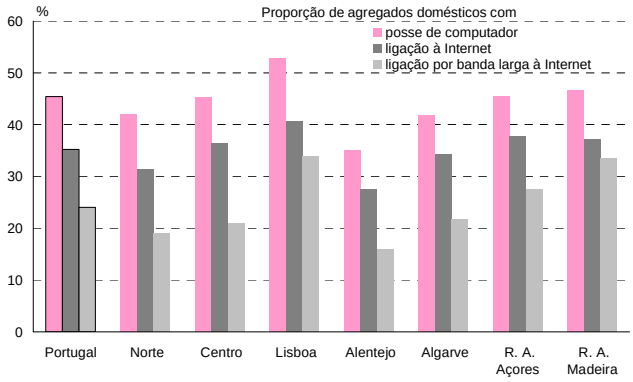
A importância da despesa das empresas nesta actividade foi particularmente relevante no Norte, no Centro, em Lisboa e no Alentejo, com uma contribuição que superou os 37% em cada uma destas quatro regiões.

Por seu turno, o Estado assumiu um papel preponderante na Região Autónoma da Madeira, respondendo por mais de metade da despesa executada em I&D (quase quatro vezes mais, em termos relativos, do que o observado ao nível nacional).

SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

Em 2006, 45% dos agregados domésticos residentes em Portugal dispunham de computador. Apenas na região de Lisboa, mais de metade dos agregados familiares dispunham deste equipamento (52,8%); no outro extremo, encontrava-se o Alentejo (35%). Nas restantes regiões, esta proporção oscilava entre 42%, no Algarve, e 47%, na Região Autónoma da Madeira. Também no que diz respeito à existência de ligação à Internet, era na região de Lisboa que os agregados domésticos estavam mais bem equipados (41%). No Algarve, no Norte e no Alentejo aquela proporção ficava aquém da média nacional (35,2%).

Indicadores da sociedade de informação, por NUTS II, 2006

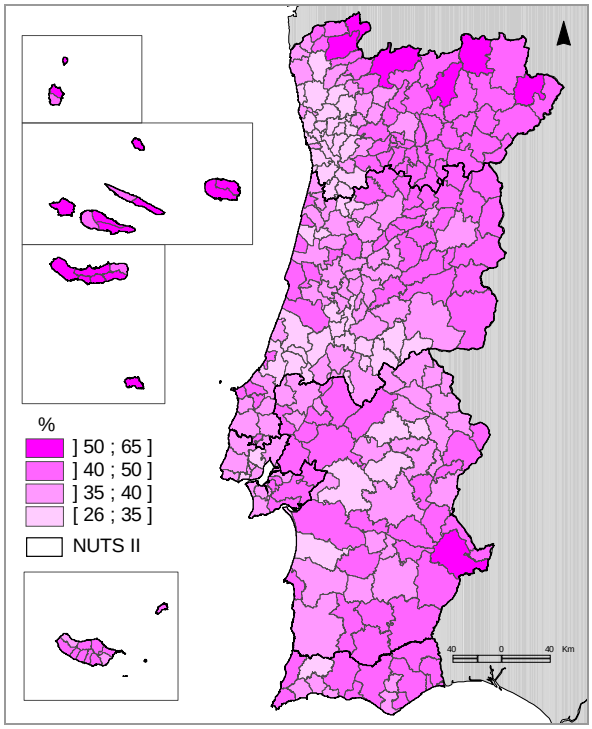


A dispersão inter-regional era particularmente expressiva ao nível da proporção de agregados domésticos com ligação por banda larga à Internet: mais de um terço dos agregados domésticos de Lisboa e da região Autónoma da Madeira estavam servidos enquanto, no Alentejo, esta proporção se ficava pelos 16%. No conjunto do país, a proporção

de agregados domésticos com ligação por banda larga à Internet era 24%.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A taxa de abstenção na eleição para a Presidência da República, de 22 de Janeiro de 2006, foi de 37,4% dos eleitores inscritos. Em termos regionais, a abstenção oscilou entre 35,7%, no Norte, e 57,0%, na Região Autónoma dos Açores. Com efeito, em todos os municípios desta região, a taxa de abstenção superou 44%, com particular destaque para Lagoa, Vila do Porto, Ribeira Grande e Ponta Delgada, os únicos municípios do país onde aquela taxa ultrapassou 60%. Apenas em 10 municípios do país, a taxa de abstenção ficou aquém de 30%. Metade destes municípios pertence à região Centro, destacando-se Vila de Rei e Sardoal, com os maiores níveis de participação.

Embora o Norte tenha sido a região onde a participação política nesta eleição foi mais expressiva, a observação intra-regional sugere alguns contrastes, com o território metropolitano do Porto e municípios envolventes (por exemplo, Barcelos, Paredes e Trofa) a exibir uma participação política significativa no contexto nacional, mas com o Interior Norte a revelar maior abstenção (sobretudo, Melgaço, Vimioso, Arcos de Valdevez, Vinhais e Valpaços, municípios onde a taxa de abstenção superou 50%).

Taxa de abstenção na eleição para a Presidência da República, por município, 2006